



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6839 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT16 - Educação e Comunicação

TECNOLOGIAS DIGITAIS MÓVEIS: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES E GESTORES DAS ESCOLAS DO CAMPO EM TORNO DA CULTURA DIGITAL

Jaqueline de Jesus dos Santos - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Maria Helena Silveira Bonilla - UFBA - Universidade Federal da Bahia

TECNOLOGIAS DIGITAIS MÓVEIS: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES E GESTORES DAS ESCOLAS DO CAMPO EM TORNO DA CULTURA DIGITAL

RESUMO

A ampliação do acesso às tecnologias digitais móveis provoca mudanças nas práticas sociais, culturais e políticas. Neste trabalho fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, buscamos compreender as percepções dos professores e gestores das escolas do campo acerca dos movimentos desencadeados pelos alunos no cotidiano escolar, por meio das interações com as tecnologias digitais móveis. Os sujeitos da pesquisa são professores e gestores que trabalham em escolas do campo no município de Camaçari-BA, especificamente no Distrito de Abrantes. Temos como aporte a pesquisa qualitativa e o método Estudo de Caso, para produção das informações utilizaremos entrevista e questionário *online*. Para análise das informações utilizaremos como metodologia a Análise Textual Discursiva. As percepções dos professores e gestores são fundamentais, considerando que essas podem apontar elementos que se materializam em suas práticas e que, portanto, têm um papel fundamental no fomento da cultura digital no cotidiano da escola do campo.

Palavras-chave: Percepção; Cultura Digital; Professores e gestores das escolas do campo.

1 INTRODUÇÃO

A partir da miniaturização dos dispositivos móveis conectados à internet, os mais diversos conteúdos chegam à palma das nossas mãos, em qualquer hora e lugar, facilitando e alterando nossa comunicabilidade e interação com o mundo. Todas essas transformações, atravessadas pela presença das tecnologias digitais, intensificam e modificam nossas práticas cotidianas e afetam ainda nossas formas de pensar, ser e comunicar.

A construção desse cenário de intenso mover da informação foi possível graças ao desprendimento dos fios com a ascensão das tecnologias móveis, como: celulares, *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, entre outros. De acordo com André Lemos (2009), há três dimensões fundamentais da mobilidade: do pensamento, física e informacional-virtual. A mobilidade do pensamento é inerente ao homem e remete a qualquer lugar no tempo e espaço.

Já a mobilidade informacional alimenta a mobilidade física, pois, “não podemos dissociar comunicação, mobilidade, espaço e lugar. A comunicação é uma forma de “mover” informação de um lugar para um outro, produzindo sentido, subjetividade, espacialização.” (LEMOS, 2009, p. 29). A mobilidade física - movimento dos corpos, sujeitos e equipamentos - possibilita que em qualquer tempo e lugar, portando um dispositivo, tenhamos acesso à produção e socialização da informação. Essa circulação móvel e fluida da informação permite também a mobilidade do pensamento, que se torna global, pois podemos pensar, produzir, socializar e acessar informações sobre tudo a qualquer tempo e lugar.

O conceito de mobilidade, portanto, não se restringe à possibilidade de nos movimentarmos por diferentes lugares, ou seja, não se trata apenas de deslocamentos, mas abrange também o movimento de objetos, ideias e informação. Pelas redes digitais móveis, com a instantaneidade da veiculação das informações e pelos processos comunicacionais que acontecem em rede, interagimos globalmente estando em um mesmo lugar. Assim, qualquer pessoa conectada tem a possibilidade de criar, discutir, questionar diante das inúmeras informações que produzem e consomem.

Dessa forma, estruturamos outras maneiras de pensar, relacionar, ser e fazer, e essas transformações na sociedade implicam diferentes cruzamentos entre o antigo e o atual, que se modificam e se adaptam em contextos diversificados, próprios das diversas culturas. Segundo Clifford Geertz (2008), o conceito de cultura está atrelado a teias de significado e a sua análise, considerando que esta construção de significados se dá de forma partilhada com os membros que fazem parte do sistema cultural. Na mesma linha de pensamento, Laraia (2013) defende que a cultura é dinâmica, passa por mudanças constantemente e, segundo o autor, existem dois tipos de mudança cultural, “uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda resultado do contato de um sistema cultural com outro” (LARAIA, 2013, p.96).

Podemos compreender a constituição da cultura como a construção de percepções, sentidos e significados a partir de uma teia complexa entre vivências e experiências nos diferentes âmbitos que fazem parte do cotidiano dos sujeitos, uma relação entre os artefatos culturais e as práticas cotidianas, que mesmo quando não se comunicam diretamente, estabelecem conexão. Assim, à medida que modificamos nossas formas de comunicar, ser e relacionar por meio da interação com os ambientes digitais, seja *offline* e/ou *online*, constituímos cultura digital. O termo digital agregado à cultura “[...] carrega uma série de conotações, dentre as quais não se poderia deixar de mencionar o acúmulo de dados, a possibilidade de manipulação de informações e, sobretudo, a ampliação de nossa participação e comunicação nos mais variados aspectos.” (COSTA, 2008, p. 17). Consideramos que a cultura digital está atrelada à vivência plena nos contextos digitais, nas diversas linguagens, nos processos comunicacionais, portanto, não está limitada apenas à utilização de equipamentos e produtos.

Todavia, para apropriação dos ambientes digitais, é necessário inicialmente o acesso às tecnologias digitais, pois a falta deste dificulta a participação dos sujeitos na sociedade e se configura também como uma negação do direito à informação e à comunicação. Segundo Moysés e Brant (2004), o direito à comunicação supera o direito ao acesso à informação e à liberdade de expressão, uma vez que a comunicação é um bem público. Conforme os autores, garantir o direito à comunicação significa assegurar que todo ser humano tenha o direito de produzir e veicular informações, para tanto é necessário possuir condições técnicas e materiais para dizer e ser ouvido, ou seja, ser protagonista de um sistema de comunicação democrático e plural.

No Brasil, vários grupos sociais estão à margem desse processo, dentre estes, os sujeitos que vivem no contexto do campo brasileiro. A pesquisa do Comitê Gestor de Internet no

Brasil (CGI) demonstra que, apesar dos avanços e do crescimento do acesso às tecnologias, temos que considerar as desigualdades existentes, sobretudo no que se refere às áreas urbanas e rurais. De acordo com o CGI, no ano 2018, os domicílios localizados em áreas rurais com acesso à internet eram de 44%, menor que o percentual observado entre os domicílios das áreas urbanas, que era de 70%. (CGI, 2019, p.105). Nas instituições escolares o acesso também é insuficiente. Em 2018, 55% das escolas do campo possuíam acesso à internet, “a falta de infraestrutura para acesso à rede na região (43%) e o alto custo da conexão (24%) foram os principais motivos citados pelos responsáveis para que as escolas não contassem com conexão”. (CGI, 2019, p.143).

Apesar da ausência de políticas públicas efetivas de inserção das tecnologias digitais no campo, da falta de infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo, as crianças e os jovens do campo buscam participar do movimento contemporâneo que envolve o uso das tecnologias digitais, muitas vezes portando seus próprios dispositivos móveis. De acordo com CGI, há um crescimento expressivo de usuários de internet na área rural desde 2013, e ressalta o celular como tecnologia móvel mais usada.

Ao portar seus próprios dispositivos no cotidiano escolar, os sujeitos provocam mudanças nas interações, na comunicação, nos espaços e tempos e nas práticas. Consideramos que essas práticas com as tecnologias digitais no cotidiano escolar estão também relacionadas à forma como os sujeitos percebem as tecnologias digitais. A percepção dos sujeitos se desenvolve a partir das interações, das concepções ideológicas que colaboram para interpretação e compreensão dos fenômenos, além disso, essas percepções não são fixas, e, segundo Montoya-González (2018, p.202), uma das formas que pode modificar a percepção dos sujeitos é a cultura, considerando que essa “[...] desempenha um papel preponderante na criação, desenvolvimento do ser humano, além de ser decisivo na construção de nossas percepções”.(tradução nossa). Dessa maneira, à medida que interagimos uns com os outros, com os ambientes digitais, construímos nossa percepção da cultura digital a partir das situações que acontecem no cotidiano, dos nossos interesses e necessidades.

[...] Perceber é se defrontar com algo. Se formos ingênuos, vamos imediatamente acreditar que esse algo que se apresenta é um primeiro. Engano. Diante de qualquer coisa que se apresenta, nossos esquemas mentais já estão preparados para produzir um efeito interpretativo que, para a mente é um primeiro. Esses são os julgamentos de percepção ou signos. (SANTAELLA, 2012, p.117)

A percepção envolve todos os sentidos e a partir de um objeto [1] que se apresenta temos um juízo perceptivo, ou seja, uma interpretação. Dessa forma, a percepção do sujeito não se limita ao intelecto, envolve também o resultado das suas experiências. De maneira geral, as pesquisas realizadas demonstram os movimentos no cotidiano escolar após a inserção das tecnologias móveis por meio de política pública. Contudo, verificamos uma lacuna no que se refere a quais movimentos são estabelecidos pelos alunos com as tecnologias digitais móveis no cotidiano escolar do campo, e como os professores e gestores percebem esses movimentos que podem modificar as práticas relacionadas à cultura digital que se constitui.

Nesse sentido, temos que considerar o papel dos gestores e professores, sujeitos que tomam decisões sobre as formas de organização das rotinas e das regras que são colocadas a partir da inserção das tecnologias digitais móveis pelas mãos dos sujeitos. Essas decisões são influenciadas pelos sentidos, pelas vivências, experiências dos sujeitos em torno da cultura digital. Com a velocidade e intensidade que as tecnologias penetram no cotidiano das pessoas, propusemos uma pesquisa de mestrado que deve refletir como, no espaço escolar do campo, as práticas cotidianas relacionadas aos movimentos dos alunos com as tecnologias digitais móveis são percebidas pelos professores e gestores que estabelecem as formas de organização

e articulação das condições materiais e humanas necessárias para garantia dos processos educativos nas escolas do campo.

[1] Objeto aqui deve ser entendido, segundo Santaella (2012), como um conjunto complexo de situações variadas.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está em fase de produção dos dados empíricos, baseada nos aportes da pesquisa qualitativa. De acordo com esse aporte, buscamos tratar as informações de forma complexa considerando que as questões de pesquisa “não se estabelecem mediante operacionalização de variáveis sendo, outrossim, formuladas com objetivo de investigar os fenômenos em toda sua complexidade” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16). Segundo Edgar Morin (2006, p. 105), a complexidade “é um princípio regulador que não perde de vista a realidade do tecido fenomênico no qual estamos e que constitui nosso mundo”. Logo, está imbricada na pesquisa qualitativa a complexidade que envolve também as incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. Para compreender as percepções dos professores e gestores das escolas do campo acerca do movimento dos alunos com as tecnologias móveis no cotidiano escolar, consideramos como método o Estudo de Caso. De acordo com Yin (2003), o estudo de caso é um método de pesquisa que possibilita ao pesquisador o aprofundamento em relação ao fenômeno estudado. O estudo de caso se baseia na análise aprofundada de um fenômeno, que pode ajudar outros pesquisadores no entendimento de outros casos, fenômenos ou situações semelhantes.

Marli André (2013) considera que a partir da década de 80, no contexto das abordagens qualitativas, o estudo de caso ressurge com um sentido mais abrangente “[...] de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu **contexto** e suas **múltiplas dimensões**. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da **análise situada e em profundidade**”.

Nesta pesquisa, temos nove sujeitos participantes, professores e gestores que trabalham nas escolas do campo de um município da Bahia. Para estabelecer o diálogo com os sujeitos utilizaremos a entrevista semiestruturada, aplicada de forma online, em virtude do confinamento oriundo da pandemia do covid-19. Trivinos (1987, p.146) considera que a entrevista semiestruturada é

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Essas entrevistas semiestruturadas permitem que sejam inclusas questões não elaboradas *a priori*, pois dependem da fluidez do diálogo estabelecido entre pesquisador e sujeito no momento da entrevista. Além disso, temos também como dispositivo de produção das informações um questionário *online*, apesar de estar, de maneira geral, associado a pesquisas quantitativas, concordamos com Macedo (2004) de que esse dispositivo pode ser também utilizado em pesquisas qualitativas com o objetivo de obter dados pessoais dos sujeitos que participam da pesquisa, assim como a partir das respostas que aparecem podem emergir pontos comuns, conflitos que contribuem de forma significativa com o pesquisador para compreender a situação analisada. Entendemos que esse questionário possibilita caracterizar o grupo de professores e gestores participantes da pesquisa em relação à idade, gênero, tempo

de serviço, formação inicial e continuada e pode colaborar com o entendimento do contexto do caso estudado, dessa maneira que, após a realização dos questionários, utilizaremos as informações para fazer a tabulação de dados e traçar um perfil dos sujeitos.

A análise das informações na pesquisa é um processo em que buscamos organizar de forma sistemática todos os materiais que foram produzidos em campo a partir dos dispositivos utilizados articulando-os com os aportes teóricos do pesquisador. Dessa maneira, utilizaremos como metodologia a Análise Textual Discursiva, uma metodologia de análise que tem como intenção a produção de novas compreensões e a reconstrução do conhecimento, de maneira auto-organizada, a partir do ciclo da análise textual discursiva, composta por três etapas: “desmontagem dos textos, estabelecimento de relações e captando o novo emergente” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 7). Estamos na fase de realização das entrevistas semiestruturadas e do questionário *online*, em virtude do que não temos ainda resultados a apresentar.

3 CONSIDERAÇÕES

Entendemos que à medida que os professores e gestores das escolas do campo interagem com os ambientes digitais, seus saberes, fazeres, experiências e percepções se modificam, modificando também o cotidiano, visto que nas interações sociais existem práticas realizadas pelos sujeitos que constroem o espaço, tal qual o percebemos. As maneiras dos professores e gestores perceberem esses movimentos são fundamentais, considerando que essas percepções podem apontar elementos que se materializam em suas práticas e que, portanto, têm um papel fundamental no fomento da cultura digital no cotidiano da escola do campo. É o que buscamos compreender com a pesquisa que está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
Disponível em:
http://www.mnemos.unir.br/uploads/13131313/arquivos/Marli_Andr_O_que_um_Estudo_d
Acesso em: 25 maio de 2020.
- BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradução Maria Alvarez; Sara Dos Santos; Telmo Baptista. Porto: Portugal: LDA, 1994.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; SOUZA, Joseilda Sampaio de. Projeto UCA: Dimensão social das práticas. In: QUARTIERO, Elisa Maria; BONILLA, Maria Helena; FANTIN, Monica (org.). **PROJETO UCA: entusiasmos e desencantos de uma política pública**. Salvador: EDUFBA, 2015. p.147-185.
- COSTA, Rogério da. **A cultura digital**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CORDEIRO, Salette de Fátima Noro. **Tecnologias digitais móveis e cotidiano Escolar: Espaços/tempos de aprender**. 2014. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17729>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- CORDEIRO, Salette de Fátima Noro; BONILLA, Maria Helena Silveira. Cotidianos Escolares

e Tecnologias Digitais Móveis: Relações, Tensões e Ressignificações. *In*: Reunião Nacional da ANPED, 38ª, 2017, **Anais eletrônicos** [...] São Luís: ANPED, 2017, p.1-17. Disponível em:

http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017
. Acesso em: 02. mai. 2020.

CGI, COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios** 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 06 fev. 2020.

FANTIN, Mônica. O lugar da experiência, da cultura e da aprendizagem multimídia na formação de professores. *In*: **Revista educação**, vol.37, n. 2, mai/ago.2012. p.291-306. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/download/4864/3241>. Acesso em: 06 jun.2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

LEMONS, André. Cultura da Mobilidade. **Revista Famecos**, n. 40, p. 28–35, dez. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/6314/4589>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2.ed. Ijuí: Unijuí 2011.

MONTOYA GONZÁLEZ, Yaimar Del Valle. **Proyecto Canaima Educativo y la Cultura Digital en las Familias Venezolanas**. Salvador: UFBA, 2018. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26193>. Acesso em: 05 mai. 2020.

MOYSÉS, D; BRANT, J. Direito à comunicação: ainda um horizonte longínquo. Rede Social de justiça e direitos humanos, [S.I] 2004. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio034.htm> .Acesso em: 20 maio 2019.

QUARTIERO, Elisa Maria. A gestão das tecnologias móveis: processos desencadeados nas escolas do Projeto UCA. *In*: QUARTIERO, Elisa Maria; BONILLA, Maria Helena; FANTIN, Monica (org.). **PROJETO UCA: entusiasmos e desencantos de uma política pública**. Salvador: EDUFBA, 2015. p.77-98.

SANTAELLA, Lúcia. **Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Pesquisa qualitativa. *In*: TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. p.117- 173. São Paulo:

Atlas, 1987.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre. Bookman, 2003.